

A CENTRALIDADE DA ESPONTANEIDADE DO ENTENDIMENTO NA DEDUÇÃO TRANSCENDENTAL KANTIANA SEGUNDO HENRY E. ALLISON

Douglas João Orben¹

RESUMO: A dedução transcendental das categorias é uma das partes centrais da *Crítica da razão pura* (1781) de Kant. Tendo sido demonstrado, via dedução metafísica, a realidade transcendental das categorias, o objetivo kantiano, então, passa a ser o de provar a aplicabilidade das categorias puras do entendimento humano à experiência sensível. Na primeira *Crítica*, tal prova é apresentada na *Analítica dos conceitos*, mais propriamente na *Dedução transcendental dos conceitos puros do entendimento* (Cf. *KrV*, B 130-169). O presente trabalho pretende abordar o referido trecho, da obra kantiana, de acordo com a interpretação de Henry E. Allison. Para Allison, todas as sínteses da dedução transcendental (síntese intelectual, síntese da imaginação e síntese da apreensão) estão, igualmente, regidas pelas categorias. Neste sentido, a dedução transcendental deve (necessariamente) ser analisada tomando com ponto norteador a espontaneidade do entendimento. Assim, mesmo contendo argumentos e sínteses diferentes, a comprovação da aplicabilidade das categorias à experiência possível somente pode ser levada a cabo considerando, em todos os seus passos, a inevitável determinação de todas as sínteses pelas condições transcendentais do entendimento.

Palavras-chave: Dedução Transcendental. Kant. Allison.

INTRODUÇÃO

A “revolução copernicana”, operada por Kant, tem como consequência inevitável a necessidade de novos fundamentos para o conhecimento humano. A filosofia transcendental, portanto, apresenta-se como a fonte de todos os princípios e conceitos, que submetidos à crítica,

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS (Porto Alegre) e professor do curso de Filosofia da Faculdade Palotina - FAPAS (Santa Maria).

² A metáfora da “revolução copernicana” de Kant remete a virada epistemológica operada na *Crítica da Razão Pura*. Na obra, Kant comprova que toda natureza humanamente possível encontra-se, necessariamente, determinada pelas condições puras e *a priori* do Entendimento humano. Esta nova postura filosófica refuta a tese empirista que acreditava serem os dados empíricos o fundamento de todo conhecimento humano.

revelaram-se de origem pura e *a priori*. Por se tratar do conhecimento especificamente humano, os conceitos e intuições são condições transcendentais, típicas do entendimento humano, sem as quais nenhum conhecimento seria possível. Estas estruturas intelectuais e sensíveis, não apenas condicionam, senão que determinam todo o conhecimento humanamente possível. Não obstante, a realidade possível manifesta-se na síntese dos predicados intelectuais (categorias) como as condições da Sensibilidade humana (espaço e tempo).

A síntese transcendental constitui a parte central da Analítica dos Conceitos da *Crítica da Razão Pura*, pois em sua alçada encontra-se uma questão basilar: demonstrar que as categorias puras e *a priori* do Entendimento (encontradas na Dedução Metafísica) são as condições formais de todos os objetos, bem como da experiência em geral³. A síntese transcendental legitima a aplicabilidade das categorias puras à experiência, assim como limita o seu âmbito de validade às fronteiras da Sensibilidade.

Neste sentido, a abordagem defendida por Henry Allison, pretende mostrar que a Dedução Transcendental fundamenta a síntese na espontaneidade do Entendimento. A demonstração da validade e realidade objetiva das categorias seria, portanto, a condição e possibilidade da síntese e, por conseguinte, de toda realidade fenomênica. A conexão entre predicados intelectuais e intuição sensível não deixa de ser um ato sintético. Todavia, pra Allison, nada poderia ser sintetizado sem a espontaneidade das categorias.

1. VALIDADE OBJETIVA E REALIDADE OBJETIVA: A SÍNTESE NA INTERPRETAÇÃO DE ALLISON

A interpretação e defesa do idealismo transcendental kantiano por Allison, no que concerne à Dedução Transcendental, pretende demonstrar a conexão entre as condições sensíveis e intelectuais do conhecimento humano⁴, fundamentando-se na espontaneidade do Entendimento humano. “A tese é que todo conteúdo sensível, independente da natureza, deve sujeitar-se às categorias”,⁵ de tal forma que a síntese transcendental encontra-se atrelada, inevitavelmente, as categorias puras e *a priori* do Entendimento.

³ Cf. Höffe, 1986, p. 91.

⁴ Cf. Allison, 1992, p. 217.

⁵ “La tesis es que todo contenido sensible, cualquiera que sea su naturaleza, debe sujetarse a las categorías [...]” (Allison, 1992, p. 218).

Para tanto, a abordagem de Allison defende que a Dedução Transcendental contempla duas teses distintas acerca das categorias, e que cada uma delas opera com uma diferente concepção de objeto. O autor escreve: “O essencial de minha interpretação pode resumir-se da seguinte maneira: a primeira parte da dedução se refere à validade objetiva (*objective Gültigkeit*) das categorias, enquanto que a segunda parte se refere a sua realidade objetiva (*objective Realität*).”⁶ (Allison, 1992, p. 220).

Nesta concepção, a validade objetiva das categorias é condição de possibilidade para a verdade ou falsidade dos juízos. Afirmar a validade objetiva das categorias equivale a dizer que elas fundamentam, possibilitam e legitimam a validade da síntese judicativa⁷. Em outros termos, a validade objetiva acompanha os preceitos da lógica geral⁸ enquanto condições da verdade ou falsidade de todos os juízos possíveis.

A validade objetiva aborda o objeto em sentido amplo, o qual contempla todo e qualquer juízo sintetizado pelas categorias. Segundo Allison, o termo utilizado por Kant para designar este sentido de objeto em geral é “*Objekt*”⁹. O objeto (*Objekt*) da validade objetiva das categorias é uma condição necessária para a síntese transcendental dos objetos reais (*Gegenstand*)¹⁰, pois ela funda a possibilidade da experiência em geral.

Porém, a condição geral da validade objetiva não implica na totalidade da síntese transcendental. Esta, por estabelecer a ligação entre conceitos e dados empíricos, deve

⁶ “Lo esencial de mi interpretación puede resumirse en la siguiente fórmula: la primera parte de la <Deducción> se refiere a la validez objetiva (*objective Gültigkeit*) de las categorías, mientras que la segunda parte se refiere a su realidad objetiva (*objective Realität*).” (Allison, 1992, p. 220).

⁷ Cf. Allison, 1992, p. 220.

⁸ Dentro do sistema lógico kantiano a lógica geral divide-se em lógica geral pura e aplicada. A lógica geral pura compreende as regras formais e *a priori* do Entendimento puro, ou seja, ela refere-se às normas básicas do pensamento *a priori*; segundo Kant, a mesma “contém as regras absolutamente necessárias do pensamento, e ocupa-se portanto destes, independentemente da diversidade dos objetos a que possa dirigir-se (Kant, 1985, p. 89). Neste mesmo sentido, Kant salienta que “uma lógica geral, mais pura, ocupa-se, pois, de princípios puros *a priori* e é um *cânone* do entendimento e da razão, mas só com referencia ao que há de formal no seu uso, seja qual for o conteúdo (empírico ou transcendental)” (Kant, 1985, p. 90). De outro modo, a lógica geral aplicada é entendida por Kant como um conhecimento psicológico baseado em dados empíricos, pelo que não se pode atribuir-lhe um valor transcendental, mas apenas uma aplicabilidade geral, uma vez que, mesmo considerando dados empíricos, ela não distingue os objetos determinados. Segundo Kant, “uma lógica geral é aplicada, quando se ocupa das regras do uso do entendimento nas condições empíricas subjetivas que a psicologia nos ensina. Tem, pois, princípios empíricos, embora seja, na verdade, geral na medida em que ocupa-se do uso do entendimento sem distinção dos objetos” (Kant, 1985, p. 90). Para maior compreensão acerca destes conceitos: Cf: Kant, 1992, p. 36.

⁹ Cf. Allison, 1992, p. 221.

¹⁰ Segundo Allison, se por um lado Kant usa o termo “*Objekt*” como sendo uma condição geral da verdade ou falsidade do objeto, por outro lado o termo “*Gegenstand*” representa o objeto da realidade objetiva, ou seja, objeto (*Gegenstand*) expressa o sentido real do objeto, pelo que, o mesmo, deve necessariamente estar ligado a uma experiência possível.

determinar, além da verdade formal, a condição real do objeto existente (*Gegenstand*). Com efeito, em consonância com a validade objetiva das categorias, Allison afirma a noção de realidade objetiva como sendo a determinante da síntese transcendental, pois “afirmar que um conceito tem realidade objetiva equivale a afirmar que se refere ou é aplicado a um objeto real”.¹¹ (Allison, 1992, p. 221).

A realidade objetiva (*Gegenstand*) das categorias corrobora a tese kantiana que afirma a aplicabilidade das categorias às formas puras da Sensibilidade humana¹², de tal forma que, como expressa o título do § 20: “todas as intuições sensíveis estão submetidas às categorias, como às condições pelas quais unicamente o diverso daquelas intuições se pode reunir numa consciência” (Kant, 1985, p.142). Em outras palavras, as condições intelectuais (categorias) se aplicam, necessariamente, aos dados da Sensibilidade humana, são elas que determinam e possibilitam a experiência, entendida aqui como conhecimento empírico de objetos¹³ (*Gegenstand*).

1.1. Validade objetiva das categorias

O objetivo basilar de Allison, em sua interpretação da Dedução Transcendental das categorias, é considerar o Entendimento humano como a faculdade regente de toda e qualquer síntese¹⁴ ou combinação de elementos do conhecimento¹⁵. Entretanto, o princípio da síntese transcendental tem como ponto de partida a capacidade de o sujeito representar algo conscientemente, ou seja, reconhecer que algo seja representado “para mim”. Segundo Kant, este princípio da unidade transcendental da apercepção¹⁶ é condição inevitável para todo pensamento possível; pois, sem ele, nada poderia ser representado pelo sujeito pensante. Em termos kantianos:

¹¹ “Afirmar que un concepto tiene realidad objetiva equivale a afirmar que se refiere o es aplicable a un objeto real.” (Allison, 1992, p. 221).

¹² Cf. Kant, 1985, § 22, 23 e 24.

¹³ Cf. Allison, 1992, p. 223.

¹⁴ Considerando o Entendimento como a fonte da síntese, Kant escreve: “A ligação (*conjunctio*) de um diverso em geral não pode nunca advir-nos dos sentidos e, por consequência, também não pode estar, simultaneamente, contida na forma pura da intuição sensível, porque é um acto da espontaneidade da faculdade de representação; e já que temos de dar a esta última o nome de entendimento, para a distinguir da sensibilidade, toda a ligação, acompanhada ou não de consciência, quer seja ligação do diverso da intuição ou de vários conceitos, quer, no primeiro caso, seja uma intuição sensível ou não sensível, é um ato do entendimento a que aplicaremos o nome genérico de síntese.” (Kant, 1985, p. 129-130).

¹⁵ Cf. Allison, 1992, p. 224.

¹⁶ Kant descreve demoradamente este princípio no § 18 da primeira *Crítica*. Cf. Kant, 1985, p. 139.

O *eu penso* deve poder acompanhar todas as minhas representações; se assim não fosse, algo se representaria em mim, que não poderia, de modo algum, ser pensado, que o mesmo é dizer, que a representação ou seria impossível ou pelo menos nada seria para mim. A representação que pode ser dada antes de qualquer pensamento chama-se *intuição*. Portanto, todo o diverso da intuição possui uma relação necessária ao *eu penso*, no mesmo sujeito em que esse diverso se encontra (Kant, 1985, p. 131).

Ora, se o princípio da unidade transcendental da apercepção é a condição geral de toda representação (*eu penso*),¹⁷ nele não se tem ainda a determinação do objeto (*Gegenstand*) enquanto experiência empírica; senão que apenas a necessária condição de toda e qualquer representação (*Objekt*) humanamente possível. Este princípio somente prescreve a necessidade de que o “eu penso” acompanhe todas as representações, porquanto, do contrário, não seria possível conhecer objeto (*Gegenstand*) algum. Neste caso, faltaria a condição geral (validade objetiva) deste objeto (*Objekt*), sem a qual nada pode ser representado por um sujeito pensante.

Segundo Allison, o passo seguinte de Kant é mostrar que este pensamento (*eu penso*) singular e complexo de toda representação objetivamente possível (*Objekt*), requer um sujeito logicamente simples¹⁸. Sem este sujeito, a multiplicidade de representações (*eu penso*), que torna possível a consciência de todo e qualquer objeto (*Objekt*), não teria identidade alguma. Assim, somente por meio de um sujeito logicamente simples, torna-se possível relacionar a multiplicidade de representações do “eu penso” (unidade transcendental da apercepção) como um e mesmo sujeito idêntico¹⁹.

O “eu” da apercepção transcendental, que deve acompanhar todas as representações, não pode distribuir-se numa multiplicidade de sujeitos pensantes, pelo que seria este disperso e sem identidade alguma²⁰. Consequentemente, é necessário um sujeito logicamente simples que acolha todas as representações (*eu penso*) em uma identidade da apercepção²¹. Para Allison, que acredita

¹⁷ Cf. Allison, 1992, p. 225.

¹⁸ Cf. Allison, 1992, p. 225.

¹⁹ Para Allison, o sujeito simples determina a diversidade de representações em uma unidade idêntica, de tal forma que, graças à unificação empreendida transcendentalmente por ele, é possível a identidade de pensamento: “es este captar la multiplicidad como unidad lo que requiere de un <sujeito lógicamente simples>: sin tal sujeto tendríamos meramente la multiplicidad de elementos y no la concepción de su unidad. Pero sí el concepto de su unidad, i. e., sin el pensamiento de la totalidad, no tendríamos el concepto en cuestión. En otras palabras: el rechazo del <sujeito lógicamente simple> acarrea un rechazo de las condiciones de identidad del pensamiento.” (Allison, 1992, p. 226).

²⁰ Cf. Allison, 1992, p. 226.

²¹ Assim como Kant expressou no segundo paralogismo: “Que o eu da apercepção e, por conseguinte, o eu em todo pensamento seja algo de *singular*, que não se possa decompor numa pluralidade de sujeitos e que designa, por conseguinte, um sujeito logicamente simples, eis o que já se encontra no conceito de pensamento.” (Kant, 1985, p. 335).

ser a identidade da apercepção um ponto fundamental para a Dedução Transcendental, a tese kantiana²², acerca deste princípio, resume-se no seguinte:

Uma vez que um pensamento complexo singular requer um sujeito pensante logicamente singular, conclui-se que: 1) o <<eu penso>> deve ser numericamente idêntico, de tal modo que possa ser agregado reflexivamente a cada uma das representações componentes tomadas individualmente, e 2) deve (necessariamente) ser possível para este sujeito pensante conhecer a identidade numérica do <eu penso>. [...] Em outras palavras, se as representações A, B e C são pensadas conjuntamente em uma consciência singular, o que é necessário para constituir um pensamento singular complexo, então o Eu que pensa A deve ser idêntico ao Eu que pensa B, etc.²³ (Allison, 1992, p. 227).

A despeito da insistência kantiana na analiticidade do princípio da necessária identidade da apercepção, o autor da *Crítica da Razão Pura* sustenta que este princípio não é estéril. Com efeito, a partir da identidade da apercepção, pode-se derivar a necessidade de uma síntese da multiplicidade intuída²⁴. A unidade analítica da identidade da apercepção pressupõe uma determinada unidade sintética, pois, somente por meio desta, torna-se possível estabelecer a relação entre a apercepção transcendental e os dados da intuição humana²⁵.

Segundo Allison, a unidade transcendental da apercepção, por ser um princípio analítico²⁶, só poderá representar um conteúdo determinado mediante uma síntese.

²² Segundo Kant, a identidade da apercepção é uma condição inevitável para o conhecimento, pois ela afirma a necessidade da unidade sintética da apercepção, sem a qual nenhum conhecimento é humanamente possível. Em termos kantianos: “Esta última proposição é, [...] analítica, embora faça da unidade sintética a condição de todo o pensamento; com efeito, apenas afirma que todas as *minhas* representações, em qualquer intuição dada, têm de obedecer à condição pela qual, enquanto *minhas* representações, somente posso atribuí-las ao eu idêntico e, portanto, como ligadas sinteticamente numa apercepção, abrangê-las pela experiência geral *eu penso*.” (Kant, 1985, p.138).

²³ “En tanto que un pensamiento complejo singular requiere lógicamente un sujeto pensante singular, se sigue que: 1) el <Yo pienso> debe de lo ser numéricamente idêntico de modo tal que puede ser agregado reflexivamente a cada una de las representaciones componentes tomadas individualmente, y 2) debe (necesariamente) ser posible para este sujeto pensante conocer la identidad numérica del, yo pienso>. [...] En otras palabras: si las representaciones A, B y C son pensadas conjuntamente en una conciencia singular complejo, entonces el Yo que piensa A debe ser idêntico al Yo que piensa B, etc.” (Allison, 1992, p. 227).

²⁴ Cf. Allison, 1992, p. 229.

²⁵ Esta condição sintética é inevitável para o conhecimento humanamente possível, uma vez que o intelecto humano não é intuitivo, mas sim discursivo; estando, assim, dependente do dado (empírico) de uma intuição sensível. Portanto, o princípio da unidade sintética “não é, contudo, princípio para todo o entendimento possível em geral, mas só para aquele cuja apercepção pura na representação: *eu sou*, nada proporciona ainda de diverso. Um entendimento que, tomando consciência de si mesmo, fornecesse ao mesmo tempo o diverso da intuição, um entendimento, mediante cuja representação existissem simultaneamente os objetos dessa representação, não teria necessidade de um ato particular de síntese do diverso para a unidade da consciência, como disso carece o entendimento humano, que só pensa, não intui.” (Kant, 1985, p. 138).

²⁶ Segundo Allison, “esta unidad analítica es considerada en abstracción de todo contenido.” (Allison, 1992, p. 234). Não obstante, mesmo a apercepção sendo necessária a toda representação, o conteúdo a ser representado só é dado na síntese com as formas humanas de intuir.

Só porque posso ligar *numa consciência* um diverso de representações dadas, posso obter por mim próprio a representação da *identidade da consciência nestas representações*; isto é, a unidade analítica da apercepção só é possível sob o pressuposto de qualquer unidade *sintética* (Kant, 1985, p. 133).

Esta unidade sintética é um ato da espontaneidade do Entendimento. Nela, a pluralidade dada em uma intuição sensível torna-se acessível ao intelecto discursivo (humano). Destarte, “a ligação (*conjunctio*) de um diverso em geral não pode nunca advir-nos dos sentidos e, por consequência, também não pode estar, simultaneamente, contida na forma pura da intuição sensível”. Com efeito, a síntese só pode ser “um acto da espontaneidade da faculdade de representação” (Kant, 1985, p. 129-130).

Se a unidade da apercepção é uma condição analítica, (formal e sem conteúdo determinado) que, portanto, pressupõe uma síntese guiada pela espontaneidade do Entendimento, a apercepção transcendental encontra-se, inevitavelmente, atrelada ao Entendimento e vice-versa. Somente mediante tal conexão, pois, tornar-se-á possível a representação da validade objetiva dos objetos no sentido geral (*Objekt*)²⁷.

Esta tese, segundo Allison, “proporciona a base para a conexão explícita entre a apercepção e categorias definidas como funções lógicas dos juízos”²⁸ (Allison, 1992, p. 235). Todavia, como inicialmente a finalidade kantiana é demonstrar a conexão²⁹ entre a unidade da apercepção e a representação de um objeto³⁰ (*Objekt*), a validade objetiva das categorias deve necessariamente determinar a diversidade de uma intuição dada³¹, pois, tal ato sintético é condição de possibilidade para pensar todo e qualquer objeto.

Somente mediante a unificação do diverso da intuição pelo Entendimento, será possível representar objetos na unidade transcendental da apercepção, isto porque, o “eu penso” sempre necessita representar algo diverso. Segundo Allison, o argumento crucial, utilizado por Kant, que corrobora a validade objetiva das categorias, encontra-se na seguinte passagem do §17 da *Crítica da Razão Pura*:

²⁷ Cf. Allison, 1992, p. 235.

²⁸ “proporciona la base para la conexión explícita entre la apercepción y las categorías definidas como las funciones lógicas del juicio” (Allison, 1992, p. 235).

²⁹ Conexão esta estabelecida pela síntese do Entendimento (validade objetiva). A partir daí, compreende-se por que a unidade analítica da apercepção pressupõe a síntese do Entendimento.

³⁰ Primeiramente, a conexão da apercepção com um objeto geral (*Objekt*) e, posteriormente, com um possível objeto real (*Gegenstand*).

³¹ Cf. Allison, 1992, p.235.

O *entendimento*, falando em geral, é a faculdade dos *conhecimentos*. Estes consistem na relação determinada de representações dadas a um objeto. O *objeto*, porém, é aquilo em cujo conceito está *reunido* o diverso de uma intuição dada. Mas toda a reunião de representações exige a unidade de consciência na respectiva síntese. Por consequência, a unidade de consciência é o que por si só constitui a relação das representações a um objeto, a sua validade objetiva portanto, aquilo que as converte em conhecimentos, e sobre ela assenta, consequentemente, a própria possibilidade do entendimento (Kant, 1985, p. 136).

Dentro desta perceptiva, dada a necessária conexão entre apercepção e Entendimento, surge a inevitável questão: de acordo com a validade objetiva, de que modo o Entendimento sintetiza os dados da intuição de um possível objeto? Como consequência imediata desta, surge outra de igual importância: o que Kant entende por objeto (*Objekt*) e qual sua importância para a síntese transcendental? A validade objetiva das categorias abalizará as condições das possíveis respostas.

O Entendimento, cuja função é essencialmente sintética, unifica a diversidade intuída em um conceito objetivamente válido³², isto é, num conceito geral de um objeto possível. O conceito de objeto em geral (*Objekt*) articula-se a partir das conexões estabelecidas inerentes aos Elementos Transcendentais do conhecimento humano³³, pelo que a validade objetiva das categorias, em relação ao objeto geral (*Objekt*), não determina a realidade empírica (*Gegenstand*) do mesmo.

De acordo com Allison, “a tese básica [...] é que o ato de conceber, conhecer, entender ou julgar [...] um objeto = X consiste na unificação do diverso da intuição de X mediante um conceito”³⁴ (Allison, 1992, p. 236), ou seja, um objeto geral (*Objekt*) condicionado pela validade objetiva das categorias, o que ainda não considera a natureza determinada empiricamente do objeto real (*Gegenstand*)³⁵. Todavia, dentro da totalidade da Dedução Transcendental kantiana, a prova da validade objetiva das categorias cumpre um primeiro e importante papel, a saber:

³² Cf. Allison, 1992, p. 236.

³³ Ou seja, a síntese entre as formas puras da Sensibilidade e as condições intelectuais do conhecimento humano.

³⁴ “la tesis básica [...] es que el acto de concebir, conocer, entender o juzgar [...] un objeto = X consiste en la unificación de lo diverso de la intuición de X mediante un concepto.” (Allison, 1992, p. 236).

³⁵ Cf. Allison, 1992, p. 236.

comprovar a necessária conexão entre a unidade transcendental da apercepção³⁶ e as categorias puras e *a priori* do Entendimento humano.

Por tratar-se de uma conexão puramente intelectual, que não alcançou ainda as formas da intuição sensível, neste estágio, a dedução possui um objeto geral (*Objekt*), pois a síntese das categorias só opera mediante o dado diverso da intuição. Contudo, este objeto (*Objekt*) é uma condição geral, que não determina o objeto (*Gegenstand*) real. Acerca da objetividade articulada entre apercepção e Entendimento, Allison expressa-se da seguinte forma:

A partir do princípio da apercepção, segue-se que é impossível a unidade da consciência prescindindo da unidade sintética das representações, e que esta unidade sintética só pode realizar-se ao unir estas representações num conceito. Deste modo, (por definição) tal unidade sintética é objetiva, assim a representação de um objeto é uma condição necessária para a unidade da consciência³⁷ (Allison, 1992, p. 237).

Esta concepção ampla de objeto (*Objekt*) é caracterizada por uma condição judicativa da verdade ou falsidade lógica do mesmo³⁸. Se todo juízo possui um objeto, mesmo que este tenha um sentido puramente lógico, logo, a unidade da apercepção possui, via síntese do Entendimento, validade objetiva³⁹. Ela torna-se o fundamento da representação de um objeto (*Objekt*) em sentido lógico ou judicativo, ou seja, a condição necessária para a representação dos objetos em geral⁴⁰.

Portanto, de acordo com a tese que prova a validade objetiva das categorias, ficou comprovado que: dada a natureza discursiva do intelecto humano, que nada intui e apenas pensa, é inevitável reconhecer a existência de determinadas categorias que, por seu modo sintético, possibilitam conceitualizar a diversidade de uma dada intuição.

³⁶ Eu penso: princípio analítico que é condição de possibilidade para consciência de toda e qualquer representação, sem o qual nada poderia ser representado pelo sujeito, pois, neste caso, faltaria a consciência de que determinada representação é “minha” representação.

³⁷ “[...] a partir del principio de la apercepción se sigue que la unidad de la conciencia es imposible prescindiendo de la unidad sintética de las representaciones, y ya que esta unidad sintética solo puede realizarse al unir estas representaciones bajo un concepto, y ya que (por definición) tal unidad sintética se considera como un objeto, se sigue que la representación de un objeto es una condición necesaria para la unidad de la conciencia.” (Allison, 1992, p. 237).

³⁸ Cf. Allison, 1992, p.237.

³⁹ Neste sentido, a explicação de Allison é concludente: “Vemos primeramente que la unidad sintética es una condición del entendimiento [...] y, por lo tanto, de la representación de un *Objekt*. Por consiguiente, el acto de entender se identifica con el juicio. De esto se sigue que la diversidad debe conformarse según las funciones lógicas del juicio si ha de ser conceptualizado o llevado a la unidad objetiva de la conciencia. Si aceptamos los resultados de la <deducción Metafísica>, se sigue también que esta diversidad se halla sujeta necesariamente a las categorías.” (Allison, 1992, p. 239).

⁴⁰ Cf. Allison, 1992, p. 239.

Se a intenção kantiana, na Dedução Transcendental, é estabelecer uma conexão entre as condições intelectuais e sensíveis do conhecimento humano⁴¹, então, a partir da prova da validade objetiva das categorias, para levar a cabo esta finalidade, resta afirmar a sua realidade objetiva.

Ora, a validade objetiva demonstrou a necessidade das categorias em relação a todo e qualquer conteúdo empírico, independente de sua natureza intuitiva. Não obstante, para completar a dedução, é necessário comprovar a aplicabilidade das categorias, não de acordo com qualquer intuição, mas sim conforme a forma e condição da intuição sensível (humana).

1.2. Realidade objetiva das categorias

A segunda parte da Dedução Transcendental pretende completar a conexão da unidade sintética das categorias, para além do diverso intuído em geral, sintetizando-as com o diverso particular da intuição sensível. Provando a aplicabilidade das categorias à diversidade sensível da intuição humana, Kant fundamenta a sua “revolução copernicana” ao comprovar que toda natureza humanamente possível encontra-se, necessariamente, determinada pelas condições puras e *a priori* do Entendimento.

Entendendo as categorias como regras puras que determinam *a priori* as leis naturais, bem como dos objetos (*Gegenstand*) reais, clarifica-se a interpretação de Allison que pretende provar a realidade objetiva das categorias⁴², pois, como o próprio comentador salienta, o objetivo central da segunda parte da dedução é:

[...] provar que as categorias possibilitam a natureza. Uma vez que, por natureza se entende aqui a totalidade dos fenômenos ou objetos de uma experiência possível [...], isso, equivale em realidade à demonstração de que as categorias possibilitam a experiência⁴³ (Allison, 1992, p. 254).

Para tanto, a comprovação da realidade objetiva das categorias “implica demonstrar a relação entre as categorias e o modo específico da sensibilidade humana, o que foi desconsiderado na primeira parte da dedução.”⁴⁴ (Allison, 1992, p. 254). Se tal síntese for

⁴¹ Cf. Allison, 1992, p. 218.

⁴² Cf. Allison, 1992, p. 220-221.

⁴³ “[...] es poner de manifiesto que las categorías hacen posible la naturaleza. En tanto que por naturaleza se entiende aquí la totalidad de los fenómenos u objetos de posible experiencia [...], equivale en realidad a demostrar que las categorías hacen posible la experiencia.” (Allison, 1992, p. 254).

⁴⁴ “[...] implica demostrar la relación entre las categorías y el modo específicamente humano de sensibilidad del cual se hizo abstracción en la primera parte de la <<Deducción>>.” (Allison, 1992, p. 254).

corroborada, a Dedução Transcendental kantiana fundamentar-se-á nas condições intelectuais do Entendimento humano, de tal forma que, a partir de sua lógica transcendental, determinar-se-á toda possível realidade.

Deste modo, a síntese transcendental deve, inicialmente, comprovar, “pela maneira como é dada na sensibilidade a intuição empírica, que a unidade desta intuição é apenas a que a categoria [...] prescreve ao diverso de uma intuição dada em geral.” (Kant, 1985, p. 144). Ou seja, inicialmente, a intenção de Kant é mostrar que a unidade sintética da apercepção prescreve a unidade, não apenas para uma intuição geral (validade objetiva), senão que, igualmente, para os dados sensíveis de uma intuição especificamente humana.

Num segundo momento, o argumento kantiano procura firmar, por meio da síntese categorial, a possibilidade de estabelecer, a partir do Entendimento puro, as leis que determinam *a priori* a natureza fenomênica. Neste sentido, Kant expressa a finalidade e o dever desta basilar parte da dedução:

Deverá agora explicar-se a possibilidade de conhecer *a priori*, mediante categorias, os objetos que só podem oferecer-se aos nossos sentidos, não segundo a forma da sua intuição, mas segundo as leis da sua ligação e, por conseguinte, a possibilidade de prescrever, de certo modo, a lei à natureza e mesmo de conferir possibilidade a esta (Kant, 1985, p. 161).

A partir da validade objetiva das categorias, deduziu-se a síntese de uma intuição geral, condicionando, assim, um objeto (*Objekt*) lógico, ligado à validade judicativa. Dado o objeto da primeira parte da dedução, é inevitável a questão: como comprovar que as mesmas categorias da validade objetiva (*Objekt*), podem, igualmente, (mediante semelhante ato sintético) determinar o diverso de uma intuição sensível? Ou, em uma hipótese mais ousada ainda, em que condições as categorias puras do Entendimento podem condicionar, de modo *a priori*, as leis da natureza empírica?

Nestes termos, para levar a cabo a Dedução Transcendental, não basta conectar os elementos transcendentais do conhecimento humano aos dados empíricos. A “virada copernicana” de Kant, portanto só será válida se a dedução ratificar que as condições intelectuais do conhecimento humano são as próprias condições de possibilidade de toda e qualquer natureza conhecida.

Para tanto, a partir da já analisada síntese intelectual⁴⁵, Kant, com a clara finalidade de deduzir as condições transcendentais até os dados empíricos, estabelece outras duas sínteses, a saber, a síntese da imaginação e a síntese da apreensão. Todavia, mesmo sendo sínteses distintas, todas estão determinadas pelas categorias e, igualmente, interconectadas por um único princípio sintético do Entendimento.

1.3. Síntese da imaginação

Segundo Allison, se a intenção de Kant for confirmada, a síntese da imaginação deve mostrar, primeiramente, que a determinação das formas puras da intuição humana (intuição espaço-temporal) é um ato sintético possibilitado pela imaginação. Em segundo lugar, ela deve provar que a síntese da imaginação, assim como a síntese intelectual (síntese da apercepção), está regida pelas categorias do Entendimento⁴⁶. Deste modo, via síntese da imaginação, Kant ligaria as condições intelectuais do conhecimento humano com os necessários dados da intuição sensível, pois sem intuições nada pode ser conhecido pelo intelecto humano.

A primeira parte da demonstração supracitada é evidente e de fácil compreensão, já que, Kant, oportunamente, caracteriza a imaginação como: “a faculdade de representar um objeto, mesmo sem a presença deste na intuição” (Kant, 1985, p. 151). Ora, se toda intuição é a representação de um determinado dado espaço-temporal, esta fração determinada só poderá ser representada de acordo com uma unidade, ou seja, toda fração temporal é representada como parte de um tempo único⁴⁷, pelo qual é possível determinar todas as partes de acordo com esta unidade.

Para Kant, uma vez que a imaginação tem o poder de representar algo mesmo sem a presença imediata do representado, ela, igualmente, é a condição para a representação da necessária unidade das formas puras da intuição sensível. Isto porque a mesma é capaz de representar diversas intuições como partes da unidade. A imaginação possibilita representar

⁴⁵ A síntese intelectual comprovou a validade objetiva das categorias. Segundo Allison, esta síntese manifesta-se na “atividade do juízo mediante o qual uma pluralidade dada de representações é submetida à unidade objetiva da apercepção.” “Actividad del juicio mediante la cual una pluralidad dada de representaciones es sometida a la unidad objetiva de la apercepción” (Allison, 1992, p. 255-256).

⁴⁶ Cf. Allison, 1992, p. 256.

⁴⁷ Cf. Allison, 1992, p. 256.

intuições não presentes (passadas e futuras) de acordo com a unidade dos elementos da Estética Transcendental. Allison defende esta tese com o seguinte argumento⁴⁸:

A fim de representar uma porção particular de tempo, e a mim mesmo como sujeito desta atividade durante este tempo, devo ser capaz de representar o tempo passado e o futuro. Em outras palavras, devo ser capaz de representar tempos que não são <<presentes>> e, em última instância, o tempo único do qual são partes todos os tempos determinados. Isto é o que a imaginação torna possível.⁴⁹ (Allison, 1992, p. 256).

A síntese da imaginação é condição de possibilidade para a representação determinada das formas puras da intuição sensível. Em outros termos, a faculdade da imaginação condiciona ambas as formas de intuição sensível: tanto o espaço quanto o tempo. A síntese da imaginação é uma condição necessária para toda e qualquer representação possível, pois, sem ela, a intuição sensível não poderia ser unificada, nem, muito menos, categorizada⁵⁰.

Contudo, dada a centralidade da faculdade do Entendimento, não basta mostrar que a síntese da imaginação é responsável pela unificação das intuições humanas. Para que a imaginação cumpra seu papel na Dedução Transcendental, é imprescindível submetê-la à jurisdição das categorias do Entendimento. Porquanto, ao mostrar que a síntese da imaginação é regida pelas categorias, Kant comprovaria a ligação entre as leis *a priori* do Entendimento puro e o modo particular da Sensibilidade humana⁵¹.

Todavia, a despeito da obviedade da primeira parte da síntese imaginativa, a argumentação kantiana nesta segunda parte encontra-se carregada de dificuldades. Segundo Allison, inerente à tese que pretende mostrar que a síntese da imaginação é regida pelas categorias, apresenta-se a inevitável questão: “O que, afinal de contas, a atividade da imaginação tem a ver com as funções lógicas dos juízos?”⁵² (Allison, 1992, p. 258). Ou seja, como mostrar

⁴⁸ O argumento vale, igualmente, para a intuição espacial, já que, para representar uma parte determinada de espaço (o exemplo utilizado aqui é a representação de uma linha) deve-se pressupor um espaço único, no qual todas as partes espaciais são unificadas e condicionadas. Tal unificação é possibilitada pela imaginação, uma vez que a mesma permite ligar uma infinidade de frações espaciais em um espaço único.

⁴⁹ “a fin de representar la porción particular de tiempo, y a mí mismo como ocupado en esa actividad durante ese tiempo, debo ser capaz de representar el tiempo pasado y el futuro. En otras palabras, debo ser capaz de representar tiempos que no son <<presentes>> y, en última instancia, el tiempo único del cual son partes todos los tiempos determinados. Esto es lo que la imaginación me permite hacer.” (Allison, 1992, p. 256).

⁵⁰ Cf. Allison, 1992, p. 257.

⁵¹ Cf. Allison, 1992, p. 258.

⁵² “¿Por qué, a fin de cuentas, la actividad de la imaginación tiene que ver con las funciones lógicas del juicio?” (Allison, 1992, p. 258).

que as categorias, anteriormente deduzidas da forma lógica dos juízos, podem determinar, igualmente, a síntese da imaginação?

Segundo Allison, Kant, infelizmente, não justifica a submissão da síntese da imaginação às categorias. Nesta passagem, o filósofo, “ao invés de apresentar um argumento, simplesmente afirma de modo dogmático que a síntese da imaginação é uma expressão da espontaneidade do entendimento”⁵³ (Allison, 1992, p. 258). Na *Crítica da Razão Pura*, esta tese é apresentada partindo da espontaneidade do Entendimento, a qual na síntese transcendental:

Pode determinar *a priori* o sentido, quanto à forma, de acordo com a unidade da apercepção; é portanto uma faculdade de determinar a priori a sensibilidade; e sua síntese das intuições, *de conformidade com as categorias*, tem de ser a síntese transcendental da *imaginação*, que é um efeito do entendimento sobre a sensibilidade e que é a primeira aplicação do entendimento [...] a objetos da intuição possível para nós. (Kant, 1985, p. 151-152).

Se, conforme a tese da validade objetiva, a unidade transcendental da apercepção pressupõe a síntese do Entendimento, então, ao determinar que a unificação das formas puras da Sensibilidade humana está necessariamente de acordo com a unidade da apercepção, conclui-se que a unidade da intuição encontra-se, igualmente, de acordo e regida pelas regras das categorias⁵⁴. Considerando o que já foi analisado, esta tese confirma-se como consequência inevitável da unidade transcendental da apercepção, a qual pressupõe a síntese do Entendimento.

Segundo Allison, mesmo não sendo possível passar da unidade analítica da apercepção para a unidade do tempo na síntese da imaginação, é perfeitamente aceitável fazer o processo contrário, ou seja, passar da unidade do tempo à unidade da apercepção⁵⁵. Deste modo, provar-se-ia a submissão da síntese da imaginação à apercepção e, conseqüentemente, às categorias.

Para realizar isto necessitamos unicamente combinar o resultado da primeira metade da <<Dedução>> (*síntese intelectual da apercepção*) com a doutrina segundo a qual a unidade ou determinação do tempo é produzida pela síntese transcendental da imaginação (*síntese da imaginação*). A questão aqui é simplesmente que, suposto o argumento da primeira parte da <<Dedução>>, segue-se que o produto da síntese transcendental da imaginação deve estar de acordo com as condições da unidade da apercepção e, com efeito, de acordo com

⁵³ “En lugar de proporcionar un argumento, simplemente afirma de modo dogmático que la síntese de la imaginación es una expresión de la espontaneidad del pensamiento” (Allison, 1992, p. 258).

⁵⁴ Cf. Allison, 1992, p. 258.

⁵⁵ Cf. Allison, 1992, p. 259.

a síntese das categorias do entendimento. ⁵⁶ (Allison, 1992, p. 259). (*Itálicos meus*)

Portanto, uma vez que na primeira parte da Dedução Transcendental a unidade da apercepção foi condicionada pela síntese das categorias, conclui-se que a síntese transcendental da imaginação, a qual unifica as formas da intuição humana, deve, igualmente, submeter-se à síntese categorial⁵⁷. Somente deste modo a diversidade de intuições pode reunir-se na unidade das formas puras da intuição humana.

A síntese da imaginação não apenas estabeleceu a imprescindível ligação entre categorias e formas puras da Sensibilidade humana, senão que condicionou todo e qualquer dado sensível às leis *a priori* das categorias. Assim, compreende-se a tese kantiana segundo a qual: “a síntese transcendental da *imaginação*, [...] é um efeito do entendimento sobre a sensibilidade” (Kant, 1985, p. 152), ou seja, as categorias puras do Entendimento condicionam *a priori* toda e qualquer intuição (tanto pura quanto empírica) humanamente possível.

Ao vincular as categorias puras e *a priori* do Entendimento com as formas puras da Sensibilidade humana, Kant fundamenta dois aspectos imprescindíveis para a compreensão da sua filosofia crítica, a saber: primeiro, a comprovação que a unidade das formas puras da intuição, produzida pela síntese da imaginação, encontra-se regida pelas categorias. Por conseguinte, evidencia-se a possibilidade de conhecimentos sintéticos *a priori*,⁵⁸ os quais são basilares para a totalidade do projeto crítico kantiano.

Porém, mesmo tendo sido comprovada, via síntese imaginativa, a ligação entre intuições puras e categorias, isto não basta para levar a cabo a síntese transcendental, pois, no presente estágio da dedução, não se tem ainda o objeto (*Gegenstand*) real. Para cumprir a tarefa da Dedução Transcendental, Kant deverá vincular as categorias com uma intuição empírica, ou seja, uma intuição do objeto real (*Gegenstand*). Só deste modo a realidade objetiva das categorias será comprovada. Para tal fim, Kant afirma a síntese da apreensão como passo cabal da dedução.

⁵⁶ “Para realizar esto necesitamos únicamente combinar el resultado de la primera mitad de la <<Deducción >> con la doctrina según la cual la unificación o determinación del tiempo es producida por la síntesis trascendental de la imaginación. La cuestión aquí es simplemente que, supuesto el argumento de la primera parte de la <<deducción>>, se sigue que el producto de la síntesis trascendental de la imaginación debe estar de acuerdo con las condiciones de la unidad de la apercepción.” (Allison, 1992, p. 259).

⁵⁷ Cf. Allison, 1992, p. 259.

⁵⁸ As categorias, ao determinar as formas puras da intuição, articulam conhecimentos sintéticos (intuição e conceito) de forma totalmente *a priori*, ou seja, conhecimento sintético, contudo, possibilitado tão-semente a partir dos Elementos Transcendentais *a priori*.

1.4. Síntese da Apreensão

Segundo Allison⁵⁹, a síntese da apreensão, por ser responsável pela realidade objetiva (*Gegenstand*) das categorias, deve estabelecer a vinculação entre as condições intelectuais do Entendimento e os dados empíricos das formas puras da Sensibilidade. A finalidade do argumento é mostrar que a síntese da apreensão (síntese empírica que trabalha com objetos (*Gegenstand*) reais), do mesmo modo que a síntese transcendental da imaginação, encontra-se regida pelas categorias⁶⁰. Assim, completa-se a “revolução copernicana” de Kant ao vincular toda a realidade possível às leis intelectuais do Entendimento humano.

Para Allison, inicialmente, é necessário acentuar que a síntese da apreensão só pode ser compreendida de acordo com as formas puras da intuição sensível. Em outras palavras, a síntese da apreensão deve conformar-se com a intuição espaço-temporal, como sendo a condição de toda e qualquer representação empírica, pois, fora da intuição espaço-temporal, nada de empírico pode ser intuído. Consequentemente, qualquer fator necessário para a representação espaço-temporal, será, igualmente, condição imprescindível para a síntese da apreensão, uma vez que aquela é condição de possibilidade para a representação desta⁶¹.

Nas representações do espaço e do tempo temos formas *a priori* da intuição sensível, tanto da externa como da interna, e a síntese da apreensão do diverso do fenômeno tem que ser conforme a essas representações, porque só pode efectuar-se de harmonia com essas formas (Kant, 1985, p. 162).

Subsequente ao supracitado trecho da *Crítica da Razão Pura*, Kant agrega às formas puras da intuição um aspecto decisivo para a completude da síntese da apreensão. Nestes termos, o espaço e o tempo não são apenas formas puras da intuição sensível, senão que intuições formais que compreendem um diverso empírico.⁶² A síntese da apreensão, por condicionar um objeto real (*Gegenstand*), deve necessariamente unificar intuições que contenham um diverso empírico, pelo que só deste modo a realidade objetiva das categorias pode ser completamente alcançada.

Pressupondo a intuição espaço-temporal, tanto como forma pura da intuição bem como intuições formais, Kant “estabelece [...] que as condições da unidade da representação do espaço

⁵⁹ Ao examinar a síntese da apreensão, Allison divide a tese kantiana em cinco passos. No presente trabalho, contemplar-se-ão todos os cinco passos, porém não se usará a mesma estrutura de exposição.

⁶⁰ Cf. Allison, 1992, p. 261.

⁶¹ Cf. Allison, 1992, p. 262.

⁶² Cf. Kant, 1985, p. 162.

e do tempo são também condições da apreensão de qualquer coisa no espaço e no tempo”⁶³ (Allison, 1992, p. 263). Ora, tendo em vista este argumento, se a unidade das representações das formas puras da intuição (espaço e tempo), como foi analisado anteriormente, é um produto da síntese transcendental da imaginação, esta mesma síntese serve, igualmente, como condição para a síntese da apreensão⁶⁴, pois ela encontra-se determinada pelas mesmas condições da síntese transcendental da imaginação.

Na interpretação de Allison, a partir da conexão entre síntese da imaginação e síntese da apreensão, Kant encontra o fundamento para firmar o passo central da síntese da apreensão, a saber, a tese que vincula a síntese da apreensão às categorias⁶⁵. No entanto, Kant não oferece um argumento que justifique tal conexão. O filósofo alemão tão-somente afirma que a unidade necessária da apreensão é um efeito deduzido pela unidade sintética da apercepção. Tendo em vista esta conexão, Kant prova logicamente que a unidade da apreensão, assim com a unidade da apercepção, encontra-se regida pelas categorias.⁶⁶

Ora, se a síntese transcendental da imaginação encontra-se condicionada pelas categorias, então a síntese da apreensão também deve ser governada pelas condições intelectuais do Entendimento, pois, como ficou explicitado anteriormente, a síntese da apreensão está sujeita às condições da síntese da imaginação⁶⁷. Logo, estando esta condicionada pelas categorias, aquela, igualmente, estará.

CONCLUSÃO

Ao provar a realidade objetiva das categorias (*Gegenstand*), Kant completa a Dedução Transcendental mostrando, assim, que toda realidade humanamente possível encontra-se, necessariamente, determinada pelas condições intelectuais do Entendimento. A síntese transcendental, que deve ser compreendida como síntese categorial, é a condição de possibilidade de todo e qualquer objeto, pois toda unificação (neste conjunto estão contidas a unidade da

⁶³ “Establece [...] que las condiciones de la unidad de las representaciones de espacio y tiempo son también condiciones de la representación de cualquier cosa en espacio y tiempo.” (Allison, 1992, p. 263).

⁶⁴ Cf. Allison, 1992, p. 263.

⁶⁵ Cf. Allison, 1992, p. 263.

⁶⁶ Cf. Allison, 1992, p. 264.

⁶⁷ Cf. Allison, 1992, p. 264.

apercepção, a síntese da imaginação e a síntese da apreensão) encontra-se condicionada pela síntese das categorias.

Por conseguinte, toda a síntese, pela qual se torna possível a própria percepção, está submetida às categorias; e como a experiência é um conhecimento mediante percepções ligadas entre si, as categorias são condições da possibilidade da experiência e têm pois também validade *a priori* em relação a todos os objetos da experiência (Kant, 1985, p. 163-164).

Portanto, segundo a abordagem de Allison, tanto a validade quanto a realidade objetiva das categorias confirmam a tese que vincula toda e qualquer síntese às regras *a priori* do Entendimento. Nesta interpretação, a Dedução Transcendental pretende mostrar que todas as sínteses (síntese intelectual, síntese da imaginação e síntese da apreensão) estão, necessariamente, regidas pelas categorias⁶⁸. Ao provar a aplicabilidade das categorias puras e *a priori* do Entendimento à natureza empírica, a Dedução Transcendental kantiana é levada a cabo, evidenciando, portanto que toda e qualquer lei ou objeto humanamente possível encontra-se, necessariamente, submetido às condições intelectuais do conhecimento humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLISON, Henry E. *El idealismo trascendental de Kant: una interpretación y defensa*. Prólogo e tradução de Dulce María Granja Castro. Barcelona: Anthropos; México: Universidad Autónoma Metropolitana – Iztapalapa, 1992.

HEIDEGGER, Martin. *Que é uma coisa?: Doutrina de Kant dos princípios transcendentais*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1992.

HÖFFE, Otfried. *Immanuel Kant*. Barcelona: Herder, 1986.

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão pura*. Tradução Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Editora Fundação Caloute Gulbenkian, 1985.

_____. *Lógica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.

⁶⁸ Cf. Allison, 1992, p. 264.